

# Democracia em luta

» CARLOS MARUN  
Advogado, foi ministro de Estado

A democracia foi diversas vezes utilizada por seus adversários como instrumento para destruí-la. É célebre e exemplar a forma como Hitler chegou ao poder na Alemanha. A democracia sempre se recusou a se autodefender. Assim sendo, é possível que tenhamos vivido no Brasil uma histórica primeira experiência de atitude combativa da democracia. Uma democracia que não aceitou assistir inerte à própria destruição.

O alerta definitivo veio dos EUA, onde a democracia só reagiu quando se contavam os mortos no Capitólio. No Brasil a democracia resistiria a um golpe como aquele? Dificilmente. Então, era preciso agir antes. Prevenir porque seria impossível remediar.

O Estado Democrático de Direito era cláusula pétreia posta na nossa Constituição, mas foi com a chamada Lei da Defesa da Democracia, sancionada em setembro de 2021, que as coisas começaram a funcionar na prática. Ali ficou estabelecido que a democracia é tão importante que foram tipificados como crime os atos ou atitudes que tentassem destruí-la. Isso lançou na criminalidade todos aqueles que, principalmente, financiavam os movimentos antidemocráticos e permitiu ao Judiciário agir, buscando cortar o mal pelo estrangulamento financeiro.

Coube a Alexandre de Moraes liderar essa reação da toga. E teve o apoio de seus pares na Suprema Corte e no Tribunal Superior Eleitoral para

tanto. É possível e até provável que aqui ou acolá tenham ocorrido excessos, mas no Judiciário se permite a contestação por meio da apresentação de recursos e em uma ditadura nem existe onde os recursos possam ser apresentados. Diante da inércia de parlamentares naquele momento mais preocupados com sua reeleição, coube ao Judiciário manter o trem nos trilhos.

Não sou dos que concedem a Alexandre de Moraes, e a nenhum outro magistrado, a dogmática prerrogativa da infalibilidade. Não cheguei a ser seu colega como ministro no governo Temer. Atuo, inclusive, em alguns processos que buscam reverter algumas de suas decisões. Mas é impossível deixar de reconhecer que Alexandre de Moraes foi o homem certo na hora certa.

Possuidor de coragem invejável até por mim, que me considero corajoso, foi à luta munido da legislação vigente. Conduziu com mão de ferro a eleição. Combateu incansavelmente a mentira, jogando na ilegalidade o direito de mentir que muitos

defendiam como liberdade de expressão. Foi transformado em objeto de ódio por 10 em cada 10 bolsonaristas, mas foi contra Lula que tomou sua decisão mais importante na eleição. Como Bolsonaro iria se defender das próprias palavras se foi ele próprio quem disse que “pintou um clima” quando viu meninas de 14 anos de minissaia na rua buscando programas se pudesse ser questionado sobre isso? Pois foi Alexandre quem proibiu que Lula fizesse essa pergunta em um debate.

Concluída a eleição sem que uma única concreta evidência de fraude fosse apresentada, Alexandre de Moraes foi transformado pelo bolsonarismo na razão de sua derrota, em mais uma narrativa falsa de um movimento que se especializou em buscar culpados externos para as próprias mazelas.

Bolsonaro não agiu fora das quatro linhas da Constituição, dirão muitos. Porém nunca deixou de ter o golpe no coldre e, com sua retórica, manteve-se em uma permanente aposta no caos. Precisava ser contido. E o foi.

Deve ser destacado ainda o papel dos comandantes militares da ativa das nossas FFAA, que, mesmo provavelmente contrariados com o resultado da eleição, as mantiveram no seu papel constitucional e se recusaram sempre a participar de qualquer aventura. É isso. Alexandre de Moraes tirou a democracia da defensiva e foi com ela para o ataque. Por isso fez história. Parabéns.



## As PPPs do PT na saúde e na educação

» GUILHERME NAVES  
Sócio da Radar PPP e professor para a certificação internacional em Parcerias Público-Privadas da APMG International, o CP3P

Em outubro de 2020, o governo Bolsonaro decidiu priorizar a ideia de estudar alternativas para investimentos em atenção primária à saúde com o apoio da iniciativa privada. Cumprindo um passo regimental para alcançar esse objetivo, foi preciso publicar um decreto (D10.530/20) autorizando o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) a trabalhar na “elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para a construção, a modernização e a operação de unidades básicas de saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

A reação foi implacável. Duras críticas vieram de diferentes setores da sociedade, denunciando uma suposta tentativa de “privatização do SUS” que, a rigor, nada tinha a ver com as efetivas pretensões do decreto. Uma vez tendo havido a repercussão, entretanto, o custo político para mitigá-la pareceu caro demais e o governo Bolsonaro resignou-se em escanteiar a pauta e revogar a norma recém-editada, menos de 48 horas depois.

Talvez, naquele momento do tempo, houvesse razões para uma determinada parcela da população não querer correr o risco de permitir que se estudassem alternativas para melhorar a qualidade do serviço público em infraestruturas sociais, como são as escolas e os hospitais. Talvez, por presumirem que os políticos declaradamente liberais interessados nessa agenda poderiam ter objetivos que, por exemplo, ameaçassem a

gratuidade para os usuários de tais serviços públicos, seria mais prudente contestar a medida sumariamente. Mas e agora?

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se cerca de, pelo menos, três lideranças políticas que têm conexões firmes com o assunto parcerias público privadas e concessões. Fernando Haddad, o ministro da Fazenda, ajudou na própria tramitação da Lei de PPPs (11.079/04), deu aulas sobre o assunto no Insper e forneceu as balizas para o bem-sucedido programa de PPPs e concessões da cidade de São Paulo, quando era prefeito. Rui Costa, o ministro da Casa Civil, ajudou a consolidar o programa de PPP estadual mais diverso e com alta percepção de qualidade em matéria de projetos de saúde, na Bahia, com experiências como a do Instituto Couto Maia (referência na pandemia) e o Hospital do Subúrbio (premiado pela ONU e pelo Banco Mundial). Por fim, Wellington Dias, ex-governador do Piauí, implementou aquela que talvez tenha sido a mais ambiciosa política pública de desestatização entre estados do país, proporcionalmente falando, com PPPs e concessões de rodovias, da Ceasa, de banda larga, saneamento e até zoológico, entre outras.

Nesse novo ambiente e com esses interlocutores, talvez o debate público sobre como tornar mais eficiente o gasto governamental com escolas, hospitais, presídios e moradias não seja tumultuado por uma conversa de baixa qualidade que interrompe quaisquer chances de o assunto prosperar. A agenda de parcerias público-privadas e concessões fica mais bem posicionada na

prateleira do tema da qualidade do investimento público, e não no das privatizações — afinal, não há venda de patrimônio público nessa modalidade contratual.

A sociedade não tem nada a ganhar interditando iniciativas de tentar fazer com que obras de hospitais fiquem prontas mais rapidamente, ou que presídios sejam construídos dentro do orçamento, ou que as merendas escolares estejam garantidas por força de incentivos contratuais mais adequados. É oportuno lembrar que, nos últimos meses, o governo federal já vem incluindo projetos de PPP de infraestrutura social entre as suas prioridades. Por exemplo, com o apoio de bancos multilaterais, o BNDES está ajudando o município de Jaboatão dos Guararapes a desenvolver uma PPP de atenção primária e apoiando os governos estaduais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em PPPs de complexos prisionais. A Caixa, por sua vez, está estudando uma PPP para mais de 100 escolas em um consórcio intermunicipal e vai apoiar os estudos de uma PPP de mais de 500 unidades habitacionais.

Dando continuidade a esses trabalhos e sob a liderança de autoridades vinculadas ao espectro ideológico da esquerda — e com currículo vasto em matéria de PPPs e concessões — é possível que o país tenha uma oportunidade de avançar ainda mais consistentemente nas discussões sobre como envolver a iniciativa privada para gerar serviços públicos de melhor qualidade, criando uma verdadeira carteira de projetos de parcerias público-privadas para infraestruturas sociais.

## O que fazem as redes estaduais de ensino que mais acertam?

» HELOISA MOREL  
Diretora-executiva do Instituto Península

A cada quatro anos, a esperança de um Brasil melhor é renovada sejam quais forem as crenças políticas. Agora, temos um novo ciclo de governos que terá como principal meta o desenvolvimento econômico-social para todos os brasileiros. Nesse sentido, a história revela que países que conseguiram os resultados de que tanto precisamos investiram em educação de forma robusta, consistente e estratégica.

Por conta da pandemia e fechamento das escolas, crianças e jovens sofreram com a aprendizagem, resultando em números alarmantes: 4 milhões de alunos abandonaram a escola no Brasil apenas em 2020. Esses números são ainda mais graves na rede pública, na qual o acesso ao ensino remoto era, em sua maioria, precário. Porém, mesmo com adversidades, os professores brasileiros se desdobraram para que seus alunos aprendessem o possível durante e após a pandemia. Sem o empenho desses profissionais, o futuro das nossas gerações correria ainda maior perigo.

Para compreender como os estados investem nos professores, considerados por pesquisas como o fator intraescolar mais importante para a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos, o Instituto Península conversou com a quase totalidade dos secretários estaduais de educação em 2022.

Muitas são as boas notícias. A maioria deles deseja alcançar bom posicionamento no ranking de salários e organizar ofertas de formação continuada. Existe também uma grande preocupação com valorização da carreira, bem-estar e desenvolvimento, além da unanimidade em reconhecer que os docentes são importantes implementadores de políticas públicas educacionais.

Embora fundamentais, esses desejos estão longe de serem suficientes. A partir de uma compreensão sistêmica da carreira dos professores, existem importantes “pontos de acupuntura” a fim de induzir as mudanças necessárias para que os docentes tenham, de fato, condições de atuar em seu pleno potencial.

A primeira, e talvez mais fundamental, é um olhar inovador para as carreiras. É evidente que uma remuneração justa, em linha com a média paga para profissionais de nível superior, é desejável, mas esse não é o único ponto a ser observado. Adequação das carreiras para além dos salários foi citada por alguns secretários e algumas boas experiências estão em curso.

Por mais óbvio que pareça, professores dedicados a uma única escola parecem ter melhor aproveitamento do que os que precisam se dividir entre duas ou três instituições. Se puderem cumprir 1/3 da carga horária de planejamento, obrigatória e garantida por lei, na escola, em interação formativa e em situações contínuas, significativas e contextualizadas, ainda melhores são os resultados. Segundo os secretários, em linha com o que evidenciam as pesquisas, uma comunidade de aprendizagem e apoio, em uma escola de tempo integral, parece ser o melhor ambiente para que professores se desenvolvam e aumentem seus níveis e bem-estar.

Outro ponto fundamental é a formação continuada. Redes que possuem um plano de formação que garanta o desenvolvimento de competências relacionadas ao perfil do professor que desejam formar e focam no conhecimento sobre como ensinar, conseguem maior adesão e comprometimento dos docentes. Redes que investem em uma equipe própria e competente de formadores também atingem melhores resultados.

Há outros pontos importantes, embora menos disseminados. Estímulos aos futuros professores, como bolsas de estágios para alunos das licenciaturas, e concursos públicos mais frequentes, decorrentes do planejamento da força de trabalho e incluindo provas práticas, atraem e selecionam professores mais bem preparados. Premiações, apoio socioemocional e tecnológico também são vistos como grandes alavancas de motivação e incentivo para o aperfeiçoamento da prática profissional e surtem efeito com os alunos.

Por fim, parece clara a necessidade de formar professores para assumir o que deve ser sua nova tarefa em um mundo globalizado no qual a informação não é privilégio exclusivo dos “mestres”. Ou seja, mediar a construção do conhecimento, ensinando não apenas conteúdos de natureza intelectual mas também emocional, social, cultural e físico, buscando um desenvolvimento integral dos indivíduos.

O Brasil pode e deve aprender com o Brasil. Dar prioridade aos professores, unindo vontade e implementação de políticas públicas, pode ser a equação certa para que esse ciclo político entregue os melhores resultados das últimas décadas. O futuro do Brasil depende disso.